

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO PARA
ESTUDANTES DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO, PÓS GRADUAÇÃO
EM PSICOLOGIA E PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NA COMARCA DE
JUIZ DE FORA, INCLUÍDOS OS JUIZADOS ESPECIAIS
EDITAL Nº 01/2022**

A Juíza Diretora do Foro da Comarca de Juiz de Fora, **Doutora Raquel Gomes Barbosa**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13, III, da Portaria- Conjunta do TJMG nº 297, de 05 de julho de 2013, observando o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na citada Portaria-Conjunta torna pública a abertura de inscrições para a Seleção Pública para provimento de vagas de estágio, existentes e que vierem a surgir no prazo de validade da Seleção, para estudantes do curso de Pós Graduação em Direito, Psicologia e Serviço Social para atuar nas Varas Judiciais da Comarca de Juiz de Fora, incluídos os Juizados Especiais.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Poderão participar da Seleção Pública, os estudantes do curso de Pós - Graduação em Direito, Pós - Graduação em Psicologia e Pós – Graduação em Serviço Social nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e da Portaria-Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013.

1.2 A seleção Pública será realizada pela Comissão constituída através da Portaria nº 3385/2022 da Juíza Diretora do Foro da Comarca de Juiz de Fora, descrita no item 1.2.1 deste Edital, cujos trabalhos serão supervisionados e orientados pela DIRDEP/TJMG – Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas.

1.2.1 A Comissão do Processo Seletivo de Estagiários mencionada no item 1.2 deste Edital é composta pela Juíza Diretora do Foro da Comarca de Juiz de Fora **RAQUEL GOMES BARBOSA** que presidirá, pelos Juizes de Direito da Comarca de Juiz de Fora **EDSON GERALDO LADEIRA, DANIEL RÉCHE DA MOTTA, FRANCISCO JOSÉ DA SILVA, RICARDO RODRIGUES DE LIMA, JAYME DE OLIVEIRA MAIA e ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO MACIEL**, pelos servidores **FERNANDA MONTEIRO DE CASTRO BHONA, FLÁVIA ALBUQUERQUE E SILVA, PATRÍCIA FREESZ LIMA, ANAPAULA DE ANDRADE RINALDI ROMÃO, SÉRGIO DA SILVA LOPES, SANDRA PINTON ISBELE, FERNANDA MOREIRA E SILVA, ALESSANDRA COSTA CAMPOS, ELISÂNGELA APARECIDA GARCIA DE OLIVEIRA, ANA CLÁUDIA RAMOS DE ANDRADE GUIMARÃES, RITA DE CÁSSIA AYUPE DE SOUZA VALADARES DO LAGO, SIMONE BACELLAR HOLLERBACH, MARISOL AGUIAR, GILMAR RODRIGUES OLIVEIRA** e pelo Servidor **CARLOS AUGUSTO DA SILVA COSTA**, e será secretariada pela servidora **ANDRÉA MOREIRA GODOY**

1.3 A carga horária para realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 horas, de acordo com o horário estabelecido pelo órgão/setor de lotação.

1.4 O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de **R\$ R\$ 1.570,50 (mil quinhentos e setenta reais e cinquenta centavos)** e, também de **auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a 10 % (dez por cento) do valor da bolsa de estágio.**

1.5 A participação na presente Seleção Pública é aberta aos estudantes do curso de Pós Graduação em Direito, Pós Graduação em Psicologia e Pós Graduação em Serviço Social, sendo que a admissão do candidato aprovado está condicionada à comprovação da matrícula e à comprovação da

regularidade documental do convocado, dentre outros requisitos descritos neste Edital e na Portaria-Conjunta do TJMG n° 297/2013.

2. VAGAS

2.1 O processo seletivo ao qual se refere o presente Edital destina-se ao preenchimento das vagas de estágio existentes na data da homologação do concurso regido por este edital, e das que vierem a surgir no prazo de validade desta seleção, até o limite máximo de vagas disponibilizadas para a Comarca de Juiz de Fora, nos termos na forma prevista na Portaria-Conjunta n° 297/2013, da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

3. INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão realizadas pessoalmente ou por procurador legalmente habilitado, com firma reconhecida, **NO PERÍODO DE 23 a 27 DE MAIO DE 2022 NA SECRETARIA DA DIRETORIA DO FÓRUM, SITUADA NO FÓRUM BENJAMIN COLUCCI, NA RUA MARECHAL DEODORO, 662 – 1º ANDAR - CENTRO JUIZ DE FORA/MG NO HORÁRIO DE 13:00 ÀS 17:00 HORAS.**

3.2 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e seu Anexo Único e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

3.3 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da Seleção Pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.4 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

3.5 O candidato concorrerá simultaneamente a todas as vagas, de acordo com a sequência de sua vacância.

3.6 A ficha de inscrição deverá ser preenchida com todas as seguintes informações: **que aceita os termos deste Edital e Anexo; o turno que pode estagiar; se atuou como conciliador voluntário pelo período mínimo de seis (06) meses, para finalidade descrita no item 4 deste edital; se é deficiente e deseja concorrer às vagas reservadas; se é negro e deseja concorrer às vagas reservadas; se necessita de condições diferenciadas; e-mail válido e pessoal; número de telefone para contato (celular e fixo); assinatura (a mesma do documento que o candidato irá apresentar para se identificar no dia da realização da prova); demais dados (nome, filiação, identidade, CPF, data de nascimento, curso de Pós Graduação, nome da faculdade).**

3.6.1 Não serão validadas as inscrições com informações incompletas.

3.7 O candidato deverá manter o e-mail atualizado para eventuais comunicações de carácter informativo, o que não o desobriga de acompanhar o andamento da Seleção Pública pelas publicações oficiais no Diário do Judiciário eletrônico, bem como no seguinte endereço eletrônico: www.tjmg.jus.br.

3.8 A Diretoria do Foro da Comarca de Juiz de Fora não se responsabiliza por falha na entrega de mensagens eletrônicas causada pelo preenchimento incorreto do endereço eletrônico, por problemas no provedor de acesso do candidato ou qualquer outro problema de ordem técnica.

3.9 **Não haverá cobrança de valor para inscrição**

4. **ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO**

4.1 A atuação como conciliador voluntário nos Juizados Especiais ou CEJUS (Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania) pelo período mínimo de 6 (seis) meses, comprovada, será acrescido um (01) ponto no máximo ao resultado da somatória das notas da prova objetiva, devendo o candidato nesse caso apresentar, NO ATO DA INSCRIÇÃO, SOB PENA DE PERDA DO BENEFÍCIO, cópia simples do documento comprobatório de Tempo de Atividade como Conciliador Voluntário nos Juizados Especiais ou CEJUS, em que conste o tempo de atuação como conciliador voluntário, assinado pela autoridade competente, restringindo-se a apresentação de um documento comprobatório, sendo vedada a acumulação de pontos.

5. **VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA E CONDIÇÕES DIFERENCIADAS**

5.1 Aos candidatos com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas pelo art. 10 da Portaria-Conjunta nº 297/2013 do TJMG, bem como pelo § 5º do art. 17 da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital, **DEVENDO NESTE CASO DECLARAR A SUA CONDIÇÃO NO ATO DA INSCRIÇÃO.**

5.1.1 O candidato que se declarar com deficiência concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, de acordo com a legislação aplicável e o previsto neste edital.

5.2 Nos termos da Portaria-Conjunta nº 297/2013 do TJMG, 10 % das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas, dentro do prazo de validade deste certame, serão reservadas aos candidatos com deficiência aprovados na Seleção Pública regida por este Edital.

5.3 O percentual de vagas para os candidatos inscritos como pessoas com deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 décimos, o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 décimos, para o número inteiro anterior.

5.4 A 5ª (quinta), a 15ª (décima quinta), a 25ª (vigésima quinta) vagas da comarca, e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos com deficiência de que trata o subitem 5.1.

5.5 A quinta, a décima quinta, a vigésima quinta vagas, e assim sucessivamente, ficam destinadas aos candidatos inscritos como pessoas com deficiência, no prazo de validade da Seleção Pública.

5.6 Caso não existam candidatos com deficiência classificados em número suficiente para preenchimento das vagas existentes e que vierem a surgir durante o prazo de validade desta Seleção Pública, serão convocados candidatos da lista geral.

5.7 Para fins de identificação da deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei, 7.853, de 14 de outubro de

1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmula 377 do STJ.

5.8 Terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência, e não poderá alegar posteriormente a condição de pessoa com deficiência para reivindicar a prerrogativa legal, o candidato que: **não cumprir com o determinado neste Edital; não informar na ficha de inscrição sobre o seu interesse em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.**

5.9 O candidato com deficiência que não tiver o interesse em concorrer às vagas reservadas, poderá fazê-lo por responsabilidade pessoal informando essa opção em sua ficha de inscrição, e concorrerá somente às vagas de ampla concorrência não podendo alegar posteriormente a condição de pessoa com deficiência para reivindicar prerrogativa legal.

5.9.1 O candidato com deficiência que não tiver o interesse em concorrer às vagas reservadas e que necessitar de condições diferenciadas para a realização das provas deverá proceder conforme capítulo 6 deste edital.

5.9.2 Os candidatos aprovados na Seleção Pública que se declararam deficientes deverão apresentar, quando da contratação, atestado médico original expedido há, no máximo 60 (sessenta) dias contados da data de sua entrega, no qual conste a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao CID, o qual terá validade somente para esta Seleção Pública e não será devolvido.

5.10 A critério da Juíza Diretora do Foro, quando da admissão com deficiência poderá ser submetido à perícia médica, a ser realizada pela Gerência de Saúde do Trabalho – GERSAT, que poderá exigir novos exames e testes complementares.

5.10.1 O candidato que se declarou com deficiência quando da sua inscrição, mas que, após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica, não foi considerado como tal, será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista geral.

6. VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1. Serão reservadas aos candidatos negros inscritos e aprovados nessa condição, 30% (trinta por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas nas comarcas a que se refere o item 2, dentro do prazo de validade desta seleção pública.

6.1.1. O percentual de vagas para os candidatos inscritos como negros será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

6.1.2. A 3ª (terceira), a 8ª (oitava), a 9ª (nona), a 13ª (décima terceira), a 18ª (décima oitava), a 19ª (décima nona), a 23ª (vigésima terceira) vaga da comarca e assim sucessivamente ficam destinadas à reserva de que trata o subitem 6.1.

6.1.3. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção.

6.2. Para concorrer às vagas reservadas aos negros, além de observar o estabelecido no item 3 ou, se for o caso, no item 5, o candidato deverá, ao preencher o requerimento de inscrição, proceder da seguinte forma:

- a) Manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros;
- b) Declarar ser negro (preto ou pardo), conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas na autodeclaração manifestada nos termos da alínea “b” do subitem 6.2, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

6.3. O candidato que não manifestar no requerimento de inscrição, nos termos da alínea “a” do subitem 6.2, o interesse em concorrer às vagas reservadas aos negros terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente ser preto ou pardo para reivindicar a prerrogativa legal.

6.4. O candidato inscrito como negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação na comarca para a qual se inscreveu.

6.5. Em caso de desistência de candidato inscrito como negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6.6. O candidato inscrito como negro participará da seleção pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia e ao horário das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos e a todas as demais normas de regência da seleção pública.

6.7. Para avaliação da condição de ser negro deverá ser verificada a autodeclaração manifestada no ato da inscrição e as características fenotípicas do candidato.

6.8. Quando da convocação ou se a qualquer tempo for constatado que o estudante não é negro, a convocação será tornada sem efeito e o nome do candidato será excluído da lista de inscritos como negros e ele passará a concorrer apenas na ampla concorrência, ou às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se for o caso.

6.9. Eventual decisão que excluir o nome do candidato da lista de inscritos como negros será disponibilizada no endereço eletrônico do TJMG (<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/>) e na Direção do Foro.

6.10. Ocorrendo a situação descrita no subitem 6.8, será oportunizado prazo de 2 (dois) dias úteis, após a publicação a que se refere o subitem 6.9, para o estudante apresentar recurso contra a decisão que o excluiu da lista de candidatos negros, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

6.10.1. O recurso deverá ser encaminhado à Direção do Foro, que o repassará à comissão de avaliação, a ser designada pelo Tribunal, a qual entrevistará o estudante para aferir a veracidade da autodeclaração de ser preto ou pardo.

6.10.1.1. A convocação do candidato para a entrevista com a comissão de avaliação será disponibilizada no endereço eletrônico do TJMG (<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/>) e na Direção do Foro.

6.10.1.2. O candidato convocado para entrevista com a comissão de avaliação deverá comparecer munido de original de documento de identidade oficial com foto.

6.10.1.3. Para proferir a decisão, a comissão de avaliação considerará os seguintes aspectos:

- a) A autodeclaração de ser preto ou pardo manifestada no ato da inscrição;
- b) Características fenotípicas do candidato.

6.10.1.4. Constatado pela maioria dos integrantes da comissão de avaliação que o candidato não é preto ou pardo, o recurso será indeferido e o candidato passará a figurar apenas na lista da ampla concorrência ou das pessoas com deficiência, se for o caso.

6.10.1.5. O não comparecimento do candidato no dia e no horário designados para entrevista com a comissão de avaliação implicará exclusão da lista de candidatos inscritos como negros, passando a figurar apenas na lista da ampla concorrência ou das pessoas com deficiência, se for o caso.

6.10.1.6. Após a entrevista com a comissão de avaliação, a decisão relativa ao recurso a que se refere o subitem 6.10 será disponibilizada no endereço eletrônico do TJMG (<https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/>) e na Direção do Foro.

7. ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DIFERENCIADAS/TEMPO ADICIONAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7.1 O candidato que não estiver concorrendo às vagas reservadas às pessoas com deficiência e que, por alguma razão, necessitar de condição diferenciada para a realização das provas deverá informar no ato de sua inscrição, ou se a condição diferenciada ocorrer depois do período de inscrição, através de requerimento escrito a Juíza Diretora do Foro a ser protocolizado na Secretaria da Direção do Foro, as condições de que necessita e as razões de sua solicitação, acompanhado de laudo médico original quando tratar de alguma deficiência ou problemas relacionados à saúde do candidato, ou parecer emitido por especialista da sua área de deficiência que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, cujo atendimento ficará condicionado a análise da legalidade, devendo ser observado a viabilidade e a possibilidade técnica examinada pela Comissão do Processo Seletivo de Estagiários.

7.2 A não solicitação de condições diferenciadas para a realização da prova, conforme disposto neste Edital, poderá implicar a não concessão destas ao candidato, não lhe cabendo qualquer reivindicação diante do indeferimento.

7.3 O resultado da análise dos pedidos de condições diferenciadas e/ou tempo adicional, com a fundamentação em caso de indeferimento, será comunicada ao candidato através do e-mail por ele informado.

8. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

8.1 Somente serão exigidos do candidato no ato da inscrição:

a) CÓPIA OU ORIGINAL DE DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO E ESTAR DEVIDAMENTE MATRICULADO NO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO, PSICOLOGIA OU SERVIÇO SOCIAL DESCRITOS NO ITEM 1.5 DESTE EDITAL.

b) DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DA ATUAÇÃO COMO CONCILIADOR VOLUNTÁRIO NOS JUIZADOS ESPECIAIS PELO PERÍODO MÍNIMO DEVIDAMENTE COMPROVADO DE SEIS (06) MESES, PREVISTO NO ITEM 4.1 DESTE EDITAL.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE A INSCRIÇÃO

9.1 Executando-se os documentos previstos no subitem 8.1, “a” e “b”, não será exigido do candidato no ato da inscrição nenhum outro documento comprobatório das informações prestadas na ficha de inscrição sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade de tais informações, eximindo-se o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e a Juíza Diretora do Foro da Comarca de Juiz de Fora da responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas ou incompletas fornecidas, e em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de transferência de inscrição.

10. PROVAS

10.1 A presente Seleção Pública será composta de uma prova objetiva de múltipla escolha, cujos conteúdos programáticos estão dispostos no Anexo Único deste Edital.

10.2 A prova objetiva de múltipla escolha terá caráter eliminatório e classificatório e versará sobre Conhecimentos Específicos e Língua Portuguesa, conforme quadros a seguir:

Pós - graduação em Direito

CONTEÚDO	MATÉRIA	Nº QUESTÕES
Conhecimentos Específicos	Direito Civil e Processo Civil	10
	Direito Penal e Processo Penal	10
	Direito de Família e Direito da Criança e Adolescente	10
	Juizados Especiais e Consumidor	5
	Direito público e Empresarial Direito Tributário Direito Administrativo Direito Constitucional	5
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	10

Pós – graduação em Psicologia

CONTEÚDO	MATÉRIA	Nº QUESTÕES
Conhecimentos Específicos		20
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	10

Pós – graduação em Serviço Social

CONTEÚDO	MATÉRIA	Nº QUESTÕES
Conhecimentos Específicos		20
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	10

10.2.1 A prova objetiva de múltipla escolha de Pós Graduação em Direito contará com 50 (cinquenta) questões, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) estará correta.

10.2.2 A prova objetiva de múltipla escolha de Pós Graduação em Psicologia e Pós Graduação em Serviço Social contará com 30 (trinta) questões, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta, das quais apenas 1 (uma) estará correta.

10.2.3 A nota da prova objetiva de múltipla escolha de Pós Graduação em Direito será calculada à razão de um ponto por acerto, totalizando 50 (cinquenta) pontos.

10.2.4 A nota da prova objetiva de múltipla escolha de Pós Graduação em Psicologia e Pós Graduação em Serviço Social será calculada à razão de um ponto por acerto, totalizando 30 (trinta) pontos.

10.2.5 Será considerado eliminado da Seleção Pública, o candidato que não alcançar o mínimo de **60% (sessenta por cento)** do total de pontos atribuídos ao conjunto de matérias, que compõem a prova objetiva de múltipla escolha, previstos no subitem 10.2.

10.2.6 O gabarito oficial da prova objetiva será disponibilizado no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br.

11. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

11.1 A prova objetiva será realizada na **Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO, localizada na Avenida dos Andradas, 731 – Centro – Juiz de Fora – MG**, no dia **25/06/2022**, e terá duração de 3 (três) horas, de **14:00 às 17:00 horas**.

11.1.1 O tempo de duração da prova abrange também a assinatura e transição das respostas para a Folha de Respostas Definitivas.

11.1.2 Não haverá prorrogação do tempo de duração da prova, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

11.1.3 Não será permitido ao candidato prestar a prova fora da data, do horário estabelecido ou do local determinado.

11.2 Os candidatos deverão comparecer ao local designado para a realização da prova com, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário fixado para seu início.

11.2.1 O candidato deverá comparecer munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével fabricada com material transparente, do documento de identidade original e do Comprovante Definitivo de Inscrição, sob pena de não ser autorizado a realizar a prova.

11.2.2 O candidato deverá levar somente os objetos citados no subitem 11.2.1 deste Edital. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ingressar na sala de provas com os seguintes equipamentos: bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, tablet, smartphone, mp3, mp4, mp5, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer tipo, etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do TJMG sobre tais equipamentos. O candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente **ELIMINADO**, lavrando-se termo de ocorrência do fato.

11.2.3 Não será admitido, no recinto da prova, o uso de boné, boina, chapéu, gorro, lenço, óculos escuros ou qualquer peça que cubra total ou parcialmente a face ou a cabeça do candidato, salvo casos de ordem médica devidamente comprovados.

11.2.4 O(A) candidato(a) não deverá portar armas de qualquer espécie no local de prova, principalmente arma de fogo, sob pena de ser **ELIMINADO**.

11.3 Será obrigatória para a realização da prova a apresentação de documento de identidade oficial com foto, com prazo de validade vigente e que permita a identificação segura do candidato.

11.3.1 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretárias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação, pelos Corpo de Bombeiros Militares e pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte brasileiro válido, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que, por lei, valham como identidade, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo com foto).

11.3.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

11.3.3 Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

11.4 O ingresso do candidato na sala para a realização das provas só será permitido dentro do horário estabelecido para início da aplicação da prova, não sendo permitido se ausentar em definitivo da sala de provas antes de decorrida 1 (uma) hora do início da prova, e em caso de necessidade, somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de prova.

11.5 Não haverá segunda chamada para a realização da prova. O não comparecimento ou o comparecimento fora do horário determinado implicará eliminação automática do candidato.

11.6 Será eliminado o candidato que: tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes; estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas a esta Seleção Pública, por qualquer meio, durante a realização da prova; usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros; fizer uso, durante o período de realização da prova, de qualquer equipamento eletrônico ou de instrumentos de comunicação interna ou externa; fizer uso de livros, códigos, manuais, impressos e anotações; deixar de atender as normas contidas no Caderno de Questões, na Folha de Respostas Definitivas e demais orientações expedidas, durante a realização da prova, deixar de entregar a Folha de Respostas Definitivas da prova, findo o prazo limite para a sua realização; registrar a identificação na Folha de Respostas Definitivas, em local diverso do indicado para tal finalidade.

11.6.1 Caso ocorram quaisquer das situações previstas no subitem anterior, será lavrada a ocorrência pelo aplicador na Ata de Ocorrências da Seleção Pública para serem tomadas as providências pertinentes pelo Juiz Diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora.

11.7 Ao final do tempo para realização das Provas, os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer no recinto, sendo somente liberados após presenciarem o lacre de todo o material, mediante assinatura de termo formal, sob pena de eliminação do concurso.

11.8 Não haverá substituição da Folha de Respostas Definitivas por erro do candidato.

11.9 Na correção da Folha de Respostas Definitiva da Prova Objetiva serão computadas como erros as questões não assinaladas, as que contenham mais de uma resposta e as rasuras, ainda que inteligíveis.

11.10 O candidato não poderá danificar a Folha de Respostas Definitivas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de suas correções.

11.11 Ao terminar a prova ou findo o horário limite para a sua realização, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas Definitivas, devidamente preenchida, não sendo permitida a permanência de candidatos no local da prova, após o seu término, devendo se retirarem imediatamente do local.

11.12 Será considerada nula a Folha de Respostas Definitivas que estiver marcada ou escrita a lápis, bem como a que possuir qualquer forma de identificação do candidato fora do lugar especificadamente indicado para tal finalidade.

11.13 Ocorrendo alguma situação de emergência médica, o candidato será encaminhado para atendimento médico local.

11.14 O resultado da prova objetiva será divulgado no saguão do Fórum no dia 11 de julho de 2022 e disponibilizado no site www.tjmg.jus.br.

11.15 O resultado final do concurso será divulgado no saguão do Fórum no dia 25 de julho de 2022 e disponibilizado no site www.tjmg.jus.br.

12. CLASSIFICAÇÃO FINAL

12.1 A classificação final por área de formação, será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos na prova objetiva mais a pontuação prevista no item 4.1 deste Edital.

12.2 Caso haja empate, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, no ato da inscrição;
- b) obtiver maior pontuação nas questões de conhecimentos específicos da prova objetiva de múltipla escolha;
- c) obtiver maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa na prova objetiva de múltipla escolha;
- d) tiver maior idade;

12.2.1 Persistindo o empate, será realizado sorteio.

12.3 Os candidatos aprovados serão convocados, durante o prazo de validade da seleção, à medida que surgirem vagas, seguindo-se a ordem de classificação.

12.4 A classificação final será publicada no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizada no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br em duas listas, contendo a primeira classificação de todos os candidatos, inclusive a dos candidatos com deficiência, e a segunda somente com a classificação destes últimos.

13. RECURSOS

13.1 Caberá interposição de recurso fundamentado dirigido à Comissão do Processo Seletivo de estagiários, pelo candidato ou procurador legalmente habilitado, devendo a procuração, se for instrumento particular, possuir firma reconhecida, das seguintes decisões:

- a) indeferimento de condição diferenciada ou tempo adicional;
- b) indeferimento da contratação do aprovado para as vagas reservadas aos deficientes, por reprovação na perícia médica;
- c) o gabarito e questões da prova objetiva de múltipla escolha;
- d) classificação em razão da nota obtida na prova objetiva;
- e) indeferimento do documento comprobatório da atuação como conciliador voluntário;
- f) classificação final, desde que se refira a erro de cálculo da pontuação obtida.

13.2 O prazo para interposição dos recursos a que se refere o subitem 13.1, letras “a”, “b” deste Capítulo será de dois (02) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de envio da comunicação ao candidato que será feito através do e-mail jfادiretoria1@tjmg.jus.br.

13.3 O prazo para interposição dos recursos a que se refere o subitem 13.1, letra “c” deste Capítulo será de dois (02) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do gabarito através do site www.tjmg.jus.br.

13.4 O prazo para interposição dos recursos a que se refere o subitem 13.1, letras “d”, “e” e “f” deste Capítulo será de dois (02) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente ao da divulgação do resultado da prova objetiva e da classificação final através do site www.tjmg.jus.br.

13.5 Os recursos mencionados no subitem 13.1 deverão ser entregues ou enviados em um envelope tamanho ofício, fechado, identificado externamente em sua face frontal com os seguintes dados: Seleção Pública para Estagiários – Edital 01/2022, Ref. Recurso contra (citar o objeto do Recurso),

nome completo e protocolados na Secretaria da Direção do Foro da Comarca de Juiz de Fora, situada na Rua Marechal Deodoro, 662, 1º andar, Centro, Juiz de Fora / MG.

13.6 Os recursos deverão ser apresentados com obediência às seguintes especificações:

- a) com argumentação lógica e consistente;
- b) com indicação do número da questão recorrida, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato, quando se tratar do recurso descrito na alínea “c” do subitem 13.1 deste Edital.

13.7 Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) com a identificação do candidato no corpo do recurso, exceto quando se tratar dos recursos descritos nas alíneas “a”, “b” e “f” do subitem 13.1 deste Edital.

13.8 A decisão sobre o deferimento ou indeferimento dos recursos a que se refere este Capítulo será disponibilizada no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br.

13.9 A decisão dos recursos, que será publicada conforme disposto no subitem 13.8 deste Edital não será objeto de reexame.

13.10 Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões, conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos.

13.11 Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

13.12 Na ocorrência do disposto no subitem 13.11 deste Edital, poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior.

13.13 No caso de alteração do gabarito, poderá ocorrer a eliminação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

13.14 Após a divulgação de que trata o subitem 12.9 deste Capítulo, a fundamentação da decisão sobre os recursos ficará disponível para consulta individualizada do candidato na Secretaria da Direção do Foro pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

14. RESULTADOS

14.1 Serão disponibilizados no endereço eletrônico www.tjmg.jus.br os seguintes resultados:

- a) dos pedidos de condições diferenciadas;
- b) da prova objetiva de múltipla escolha,
- c) da documentação comprobatória da atuação como conciliador;
- d) de todos os recursos;
- e) da classificação final.

14.2 Os resultados a que se refere as alíneas “d” e “e” do subitem 13.1 deste edital serão publicados em duas listas, contendo a primeira todos os candidatos, inclusive os inscritos como pessoa com deficiência e, a segunda, apenas estes últimos.

15. CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS

15.1 O preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir até o período de validade da Seleção Pública será realizado de acordo com a ordem de classificação.

15.1.1 Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar, o candidato convocado permanecerá na lista de classificação até o surgimento de vaga compatível, sendo convocado o candidato seguinte na ordem de classificação.

15.2 Os candidatos com deficiência e os negros serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

15.2.1 O candidato convocado concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos negros deverá manifestar, em até 2 (dois) dias úteis, a opção por uma delas por meio de resposta ao e-mail a que se refere o subitem 15.2.2.

15.2.2 A convocação para preenchimento das vagas de estágio existentes e das que vierem a surgir durante a validade da seleção pública será realizada mediante envio de mensagem, pela Direção do Foro, ao e-mail de contato informado no requerimento de inscrição.

15.3 A convocação para o preenchimento das vagas de estágio será realizada pela Juíza Diretora do Foro, mediante contato telefônico e/ou envio de e-mail.

15.3.1 Serão considerados para convocação, os telefones e o e-mail registrado pelo estudante quando da inscrição, sendo de responsabilidade do candidato manter sempre atualizados os dados junto à Diretoria do Foro de Juiz de Fora.

15.3.2 Os prazos relativos a convocação do candidato por e-mail terá início no dia subsequente ao do envio da correspondência eletrônica ao candidato aprovado pela Direção do Foro da Comarca de Juiz de Fora, independente de confirmação de recebimento.

15.3.3 Caso o candidato não seja localizado nas tentativas de contato telefônico e não compareça à SECRETARIA DA DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA DE JUIZ DE FORA, situada na Rua Marechal Deodoro, 662- 1º andar, no prazo de dois (02) dias úteis, contados do envio de sua convocação via e-mail, prevista no item 15.3 deste edital, será remanejado para o final da lista de classificação e o candidato com classificação imediatamente posterior será convocado.

15.3.4 A Direção do Foro não se responsabiliza por e-mails retornados em função de caixa cheia, endereço eletrônico desatualizado ou não localizado, incorreto, desabilitado, mensagem bloqueada pelo Firewall/Antivírus.

15.4 O setor ou órgão requisitante de estagiário poderá realizar entrevista com o candidato convocado.

15.4.1 Caso o requisitante decida aguardar a convocação de outro candidato aprovado, deverá manifestar-se por e-mail ao Juiz Diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora no prazo de dois (02) dias após a realização da entrevista e somente será encaminhado outro candidato para aquele setor ou órgão quando o estudante anteriormente entrevistado iniciar as atividades de estágio no TJMG.

15.4.2 Caso o candidato aprovado seja recusado sucessivamente por cinco (05) setores ou órgãos requisitantes após realização de entrevista, será remanejado para o final da lista de classificação e o candidato com classificação imediatamente posterior a ele será convocado.

15.5 Sendo aceito e aceitando a vaga para a qual foi convocado, o candidato aprovado terá sete (09) dias úteis a contar da convocação, o candidato deverá realizar o Peticionamento Eletrônico por meio do sistema SEI, inserido a documentação necessária para admissão, observadas as instruções das cartilhas disponibilizadas no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio/>.

15.5.1 Documentação necessária para admissão:

- a) “ Formulário – Documentação para Admissão de Estágio ” **preenchido de forma completa;**
- b) E-mail de convocação a que se refere o subitem 15.2.2, indicando o nome do estudante e unidade de lotação do estagiário;
- c) Documentação oficial de identidade com foto e CPF do estudante;
- d) Declaração de conclusão da instituição de ensino superior;
- e) Declaração da instituição de ensino superior da Pós Graduação, contendo informação sobre a matrícula , data de início e previsão de término e a frequência regular;
- f) documento previsto no item 5.9.2 deste Edital para convocados para as vagas reservadas a deficiente.

15.6 A documentação necessária para admissão apresentada pelo candidato será analisada pela COEST.

15.6.1 Caso se verifique inconsistência na documentação, será dado prazo de 5 (cinco) dias úteis para saneamento, contados da manifestação da COEST no processo SEI.

15.7 A convocação será tornada sem efeito, restando o candidato eliminado da seleção pública, caso:

- a) o candidato não apresente a documentação necessária para admissão;
- b) o candidato deixe de providenciar o saneamento da documentação necessária para a admissão no prazo a que se refere o subitem 15.6.1.
- c) o candidato formalize sua desistência por e-mail da Direção da Comarca jfادiretoria1@tjmg.jus.br , informando que não possui interesse ou disponibilidade para estagiar no TJMG.
- d) o candidato não compareça a 2 (duas) entrevistas agendadas, a que se refere o item 15.4 injustificadamente;
- e) o candidato recuse 2 (duas) ofertas de vagas compatíveis com a disponibilidade de horário e período do curso;
- f) o candidato recuse a observar as condições estipuladas pela Portaria-Conjunta do TJMG nº297/2013 e por esse Edital;
- g) o candidato não preencha todos os requisitos exigidos neste Edital.

15.8 O candidato convocado ingressará como estagiário por meio de celebração de termo de compromisso, assinado eletronicamente, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta do TJMG nº 297/2013.

15.9 O termo de compromisso de estágio e o plano de estágio deverão ser assinados digitalmente, via SEI.

15.10 As instituições de ensino deverão se cadastrar como usuários externos do SEI para assinar digitalmente os documentos a que se refere o subitem 15.9.

15.11 Não será admitido, sendo excluído da seleção pública, o candidato cuja instituição de ensino recuse a assinar digitalmente o termo de compromisso de estágio e o plano de estágio.

15.12 Serão admitidos apenas os estudantes que estiverem, no momento da convocação, cursando a Pós Graduação.

16. CONDIÇÃO PARA INÍCIO DAS ATIVIDADES

16.1 O candidato aprovado na Seleção Pública e convocado para preencher a vaga ingressará no Programa de Estágio do TJMG por meio de celebração de Termo de Compromisso de Estágio, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria-Conjunta do TJMG nº 297/2013.

17. DA VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

17.1 A classificação final desta Seleção Pública será homologada pelo Juiz Diretor do Fórum.

17.2 A Seleção Pública terá validade de 1 (um) ano, a contar da homologação, podendo ser prorrogada a critério da Direção do Foro da Comarca de Juiz de Fora por igual período.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 É vedada a realização de estágio por estudante que possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados, que seja policial civil ou militar e que seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal.

18.1.1 O servidor público, desde que compatíveis os horários e não ocorra prejuízo ao bom andamento dos trabalhos, poderá estagiar no TJMG.

18.1.2 Nos termos do art. 5º da Portaria-Conjunta do TJMG nº 297/2013, a duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estágio para pessoa com deficiência.

18.2 É vedada, nos termos do disposto no Enunciado Administrativo do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 21 de junho de 2007, a contratação de estagiário para servir subordinado a magistrado ou a servidor ocupante de cargo de direção ou de assessoramento que eventualmente lhe seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

18.3 A realização do estágio não estabelece vínculo empregatício do estudante com o TJMG.

18.4 O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à Seleção Pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

18.5 Não serão aceitas apresentação de documento ou interposição de recursos via fax, telegrama, correio eletrônico, ou outro meio não especificado neste Edital.

18.6 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

18.7 Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da publicação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

18.8 Os recursos deverão ser apresentados de uma única vez, não se admitindo complementação ou suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

18.9 Até a homologação da Seleção Pública, o candidato deverá atualizar seus dados pessoais (e-mail, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio, etc) e obter informações e orientações referentes a Seleção Pública junto à Secretaria da Diretoria do Foro da Comarca de Juiz de Fora.

18.10 A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologado o concurso, a anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

18.11 Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pela Comissão de Processo de Seleção Pública de Estagiários, no âmbito de suas atribuições, ouvido, no que couber, o Juiz Diretor do Foro da Comarca de Juiz de Fora.

18.12 Integra este Edital, Anexo único correspondente ao Conteúdo Programático.

Juiz de Fora, 09 de maio de 2022.

Raquel Gomes Barbosa
Juíza Diretora do Foro

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PÓS – GRADUAÇÃO EM DIREITO

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; morfologia, sintaxe; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; emprego do sinal indicativo de crase; pontuação, ortografia e semântica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Civil – Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: Das Pessoas Naturais – Da Personalidade e da Capacidade (Art. 1 a 9º); Do Domicílio (Art. 70 a 78); Dos Fatos Jurídicos – Do negócio Jurídico – Disposições Gerais (Art. 104 a 114); Da Representação (Art. 115 a 120); Da

Condição, do Termo e do Encargo (Art. 121 a 137); Dos Defeitos do Negócio Jurídico- Do Erro ou Ignorância (Art. 138 a 144); Do Dolo (Art. 145 a 150); Da Coação (Art. 151 a 155), Do Estado de Perigo (Art. 156); Da Lesão (Art. 157); Da Fraude Contra Credores (Art. 158 a 165); Da Invalidade do Negócio Jurídico (Art. 166 a 184); Dos Atos Jurídicos Lícitos (Art. 185); Dos Atos Jurídicos Ilícitos (Art. 186 a 188); Prescrição e Decadência (Art. 189 a 211); Da Prova (Art. 212 a 232).

Direito Processual Civil – Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015: Da Jurisdição e Da Ação (Art. 16 a 20); Das Partes e dos Procuradores – Da Capacidade Processual (Art. 70 a 76); Dos Deveres das Partes e de Seus Procuradores – Dos Deveres (Art. 77 e 78); Da Responsabilidade Das Partes Por Dano Processual (Art. 79 e 80); Dos Poderes, Dos Deveres e Da Responsabilidade do Juiz (Art. 139 a 143), Dos Impedimentos e Da Suspeição (Art. 144 a 148); Da Petição Inicial – Dos Requisitos da Petição Inicial (Art.319 a 321); Do Pedido (Art. 322 a 329); Do Indeferimento da Petição Inicial (Art. 330 a 331); Da Improcedência Liminar do Pedido (Art. 322); Da Audiência de Conciliação Ou De Mediação (Art. 324); Da Contestação (Art. 335 a 342); Da Reconvenção (Art. 343); Da Revelia (Art. 344 a 345); Das Provas – Disposições Gerais (Art. 369 a 380).

Direito Penal – 1) Fontes do Direito Penal; Princípios Aplicáveis ao Direito Penal. 2)Aplicação da Lei Penal; Princípios da Legalidade e da Anterioridade; A Lei Penal no Tempo e no Espaço; Tempo e Lugar do Crime; Lei Penal Excepcional, Especial e Temporária; Territorialidade e Extraterritorialidade da Lei Penal; Interpretação da Lei Penal; Analogia; Irretroatividade da Lei Penal; Conflito Aparente de Normas Penais. 3) Crime; Classificação dos Crimes; Teorias do Crime; O Fato Típico e seus Elementos; Relação de Causalidade; Superveniência de Causa Independente; Relevância da Omissão; Crime Consumado e Tentado; Pena da Tentativa; Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz; Arrependimento Posterior; Crime Impossível; Crime Doloso, Culposo e Preterdoloso; Agravação pelo Resultado; Concurso de Crimes; Erro sobre Elementos do Tipo, Discriminantes Putativas; Erro Determinado por Terceiro; Erro sobre a Pessoa; Erro sobre a Ilícitude do Fato (Erro de Proibição); Coação Irresistível e Obediência Hierárquica; Ilícitude e Causas de Exclusão; Excesso Punível; Culpabilidade; Teorias, Elementos e Causas de Exclusão. 4)Imputabilidade Penal. 5)Concurso de Pessoas. 6)Penas; Espécies de Penas; Suspensão Condicional da Pena; Livramento Condicional. 7) Medidas de Segurança, 7)1 Execução das Medidas de Segurança. 8) Ação Penal. 9) Punibilidade e Causas de Extinção.

Direito Processual Penal – 1)Fontes do Direito Processual Penal; Princípios Aplicáveis ao Direito Processual Penal. 2) Aplicação da Lei Processual no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas; Disposições Preliminares do Código de Processo Penal. 3) Inquérito Policial. 4) Processo, Procedimento e Relação Jurídica Processual; Elementos Identificadores da Relação Processual; Formas do Procedimento; Princípios Gerais e Informadores do Processo; Pretensão Punitiva; Tipos de Processo Penal; Jurisdição. 5)Ação Penal. 6) Ação Civil. 7) Competência.

Juizado Especial e Direito do Consumidor – Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995; Lei nº 12.153 de 22 de dezembro de 2009, Contratos de Adesão, Contratos de Transporte, Plano de Saúde.

Direito de Família – Constituição Federal e Família, Casamento, Relações de Parentesco; Regime de Bens entre os Cônjuges e os conviventes, Pacto Antinupcial; Divorcio; Alimentos; Lei nº 5478/68, Lei 11.804/2008 (Alimentos Gravídicos); Lei 8971/94, União Estável; Guarda; Visitas; Alienação Parental; Estatuto da Pessoa com Deficiência; Tutela e Curatela Estatuto do Idoso, Investigação de Paternidade.

Estatuto da Criança e do Adolescente – 1) Aplicação, conceitos, competência da Vara da Infância e da Juventude; 2) Família, filiação, família natural, família substituta, guarda, tutela, adoção. 3)Poder familiar, suspensão e destituição; 4) Direito à educação, direito à profissionalização; 5) Medidas de

proteção; 6) Ato infracional: conceito, apuração; 7) Medidas socioeducativas; 8) Conselho Tutelar: competência, atribuições e impedimentos.

Direito Empresarial – 1) Princípios constitucionais econômicos e sua instrumentalidade para o funcionamento do mercado. 2) Direito de Empresa no Código Civil. A empresa e o empresário. Noção econômica e jurídica de empresa. Empresário e sociedade empresária. A atividade empresarial. Capacidade. Obrigações gerais dos empresários. 3) Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. 4) Sociedade Limitada Unipessoal. Estabelecimento empresarial. Nome empresarial. 5) Teoria Geral do Direito Societário. Conceito. Elementos. Classificação. Princípios. Personalidade jurídica. Desconsideração da personalidade jurídica. Sócio e acionista. Direitos. Deveres. Responsabilidades. Capital Social. Classificação das sociedades. Sociedades no Código Civil. 6) Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Títulos de crédito no Código Civil. Letra de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata. Títulos de crédito impróprios. Títulos bancários. Títulos do agronegócio. Títulos eletrônicos ou virtuais. 7) Teoria Geral do direito dos contratos. O Comércio eletrônico. Contratos empresariais. Compra e venda mercantil. Contratos de colaboração. 8) Contratos bancários. Mútuo, fiança, penhor e seguro. Arrendamento mercantil. Fomento Mercantil. Franquia. Alienação fiduciária em garantia. Cartões de Crédito. Transporte de carga, fretamento e armazenagem. Agenciamento de publicidade. 9) Teoria Geral da Falência. Lei nº 11.101/2005. Órgãos da falência. Efeitos da falência. Processo de falência. Pedidos de restituição. Da ineficácia e da revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Classificação e pagamento dos credores. Encerramento da falência. 10) Teoria Geral da Recuperação da empresa. Recuperação judicial e recuperação extrajudicial. Órgãos da recuperação judicial. Processo da recuperação. Verificação dos créditos.

Direito Tributário – 1) O Estado e o poder de tributar. Direito tributário: conceito e princípios. O sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar. 2) Fontes do Direito Tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, aplicação, interpretação e integração. 3) Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Imposto; taxa; contribuição de melhoria e outras contribuições. 4) Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeito ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5) Fato gerador da obrigação tributária. Elementos. Incidência, não incidência, imunidade e isenção. 6) Responsabilidade tributária: normas gerais, espécies e hipóteses. Infrações administrativas tributárias. 7) Crédito tributário. Conceito. Natureza. Lançamento. Revisão. Suspensão, extinção e exclusão. Prescrição e decadência. Repetição do indébito. 8) Garantias e privilégios do crédito tributário. 9) Administração tributária. Dívida ativa: conceito, inscrição. Certidão de dívida ativa: natureza jurídica, presunção de certeza e liquidez. 10) Processo administrativo e judicial tributário. Execução fiscal. Lei nº 6.830/1980. Embargos à execução fiscal. Ação de consignação em pagamento. Ação declaratória. Ação anulatória. Ação de repetição de indébito.

Direito Administrativo – 1) A Administração Pública. Atos administrativos próprios e impróprios das funções legislativas, executivas e judiciárias. 2) Organização da Administração Pública. Estrutura administrativa do Estado. Administração direta e indireta. Regime jurídico da administração indireta. Prerrogativas e sujeições. Desconcentração e descentralização. Pessoas de Direito Público e de Direito Privado. Consórcios públicos. Parcerias público-privadas. 3) Atos administrativos. Atividade administrativa. Sindicância. Processo administrativo. Convalidação, efeitos. Extinção dos atos administrativos. Discricionariedade e legalidade. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Validade, eficácia, aperfeiçoamento, efeitos e extinção dos atos administrativos. Prescrição administrativa. 4) Atividade regulatória da Administração Pública. Poder de polícia. 5) Controle da Administração Pública. Mandado de segurança coletivo. Ação civil pública e ação popular. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal. Mandado de injunção. Ações coletivas. Habeas Data. Direito de petição. 6) Contratos

administrativos. Contratação direta. Ordem de Serviços. Organizações sociais da sociedade civil de interesse público. Organizações não governamentais. 7) Licitação. Inexigibilidade e Dispensa. Modalidades. Fases do procedimento licitatório. Tipos de Licitação. Princípios da Licitação. 8) Agentes públicos: classificação e espécies de vínculos com o Estado. Regime constitucional do servidor público. Direito de greve. Responsabilidade do servidor público (política, administrativa, civil e criminal). 9) Bens públicos. Definição e classificação. A Constituição da República e o regime do Código Civil de 2002. Bens de domínio público e bens dominicais. A transferência de bens públicos: a alienação e o uso do bem público por particular. Bens públicos em espécie. 10) Concessão e permissão de serviços públicos. Conceitos. Modalidades de concessão. 11) Desapropriação. Modalidades. Desapropriação Direta e indireta. Atos expropriatórios por particulares. Hipóteses. Decreto Expropriatório. Prazo. Efeitos. Destinação dos bens. Reversão. Desapropriação por acordo e judicial. Indenização. Decreto-Lei 3365/41. 12) Responsabilidade Civil do Estado. Fundamentos. Causas excludentes e atenuantes. Reparação do dano. 13) Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico: servidão, requisição, ocupação temporária, tombamento e limitações administrativas. 14) Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992). 15) Da Fazenda Pública. Conceito. Prerrogativas processuais.

Direito Constitucional – 1) Estado Democrático de Direito. 2) Poder constituinte. Supremacia da Constituição. Aplicabilidade e eficácia. 3) Preâmbulo da Constituição. Princípios fundamentais. Direitos e Garantias fundamentais. Direitos Humanos. 4) Da Organização do Estado. Da intervenção. Organização dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Das atribuições. 5) Poder Judiciário. Autonomia administrativa e financeira dos Tribunais. Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e Juízes Eleitorais. Tribunais e Juízes Militares. Tribunais e Juízes dos Estados. 6) Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. 7) Tributação e Orçamento: sistema tributário nacional (princípios gerais e limitações ao poder de tributar) e finanças públicas (normas gerais e orçamentos). 8) Ordem Social: seguridade social, saúde, previdência social e assistência social; educação, cultura e desporto; meio ambiente; família, criança e adolescente, jovem e idoso.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PÓS – GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; morfologia, sintaxe; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; emprego do sinal indicativo de crase; pontuação, ortografia e semântica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) Conselho Federal de Psicologia (Brasil). Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os) nas Varas de Família. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – 2ª ed – Brasília: CFP, 2019. Disponível em:

https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/BR84-CFP-RefTecVarasDeFamilia_web1.pdf

2) Alienação Parental e Guarda Compartilhada: um desafio ao Serviço Social na proteção dos mais indefesos: a criança alienada. Carlos Montaña, 2ª edição, Lumen Juris Direito. Primeira Parte. Capítulo 1: Divórcio e “Alienação Parental”. Segunda Parte: Capítulo 1 – A “Guarda Compartilhada” e a “Igualdade Parental” como garantia de direitos e antídotos à AP. Capítulo 2 – Os “mitos” em torno da guarda com “Igualdade Parental”.

3) Alienação Parental e Abandono Afetivo: análise da responsabilidade civil. Juliana Rodrigues de Souza. Mundo Jurídico. Capítulo 3. O Abandono Afetivo.

- 4) Relações Destrutivas. Avery Leal. Gente Editora. Capítulos 1, 2 e 3.
- 5) Quando os Pais se Separam. Françoise Dolto, 2ª edição, Jorge Zahar Editor. Capítulo 3: A função positiva dos deveres. P. 42-76.
- 6) FREUD, Sigmund. Três Ensaio Sobre a Teoria da Sexualidade (1901-1905).
- 7) HAMAD, Nazir e MELMAN, Charles. Psicologia da Imigração. São Paulo. Instituto Langage, 2019. Cap. 3,5 e 6.
- 8) Lei 8069 de 13 de julho de 1990 – ECA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO - PÓS – GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos; morfologia, sintaxe; concordância nominal; concordância verbal; regência nominal; regência verbal; emprego do sinal indicativo de crase; pontuação, ortografia e semântica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 1) Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8662/93 - CFESS
 - 2) LOAS - Lei Orgânica de Assistência
 - 3) Guarda Compartilhada- Lei 11698/2008.
Guarda unilateral, guarda compartilhada, guarda alternada, tutela, adoção e curatela: conceitos
 - 4) Alienação Parental - Lei 12318/2010.
O que pode ser considerado alienação parental - características
Quem pratica? Quais as consequências?
 - 5) Violência Doméstica - - Lei Maria da Penha
 - 6) Estatuto do Idoso - Lei 10471 de 01/10/2003.
Direitos Garantidos pelo Estatuto
 - 7) Crimes previstos no Estatuto
 - 8) Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei 13146/15 atualizada até 2019.
 - 9) Lei 8742 07/12/93 _ que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências 8742, 07/12/93.
 - 10) Estatuto da Criança e do Adolescente LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.
 - 11) a Lei 12010/2009-Lei Nacional da Adoção
a Lei 13257/2016 - Marco Regulatório da Primeira Infância
 - 12) O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário: construindo saberes, conquistando direitos.
(Editora Cortez)
- Organizadores: Eunice Teresinha Fávero
Magda Jorge Ribeiro Melão
Maria Raquel Telosa Jorge
- 13) Infância, Juventude e Família na Justiça. (Editora Papel Social/AASPSI-SP)
- Organizadores: Dayse Cesar F. Bernardi
Maria Luiza Clemente
Célia Suzana Schiavon
Ana Maria da Silveira